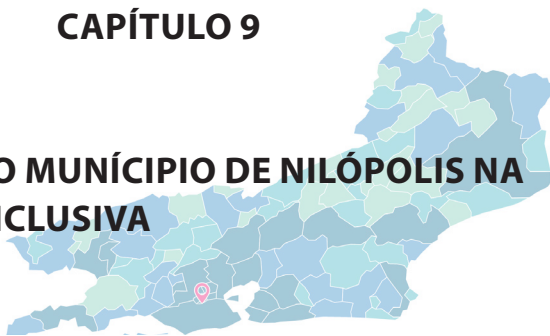


CAPÍTULO 9

CAMINHOS DO MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



Dayse Rodrigues

Instituto Oswaldo Cruz- Fiocruz, doutoranda do Programa de Ensino em Biociências e Saúde.

Luíz Alves

Instituto Oswaldo Cruz - Fiocruz, Professor do Programa de Ensino em Biociências e Saúde.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é realizar uma análise comparativa entre a meta IV do Plano Nacional de Educação (PNE) que está direcionada à educação inclusiva e o PME (Plano Municipal de Educação) do município de Nilópolis. Para alcançar tais objetivos, os sites do Ministério da Educação e Cultura, o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o ESCOLAS.INF.BR foram submetidos a uma pesquisa documental, na qual foi observado que a população de Nilópolis é de 162.693 habitantes. Segundo o site www.escolas.inf.br/nilopolis, o município tem vinte e sete escolas municipais, treze estaduais, sessenta e nove privadas e uma federal, configurando um total de 110, número este que difere do total 98 (71 ensino fundamental e 27 ensino médio) disponibilizado pelo IBGE. No que se refere à existência de

atendimento educacional especializado (AEE), este ocorre em 11 dos estabelecimentos, está ausente em 92 e não há descrição em 7. Há registro de educação para jovens e adultos (EJA) em 21 escolas, está ausente em 82 e não há informação descrita no site para 7 estabelecimentos. O último relatório de monitoramento disponível da secretaria do município, datado de 2017, aponta a necessidade de planejamento para o alcance das metas do PNE. Entretanto, para uma análise mais completa, seria necessário a disponibilidade de informações do desenho das salas de aulas, do número de profissionais qualificados, do número de veículos adaptados e do projeto pelo qual se planeja orientar à comunidade escolar para a convivência harmônica.

Palavras-chave: Educação; Inclusão; Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é realizar uma análise comparativa entre a meta IV do Plano Nacional de Educação (PNE) que está direcionada à educação inclusiva e o PME (Plano Municipal de Educação) do município de Nilópolis, que como veremos abaixo, esta cidade faz parte da baixada fluminense no Rio de Janeiro e enfrenta diversos problemas socioeconômicos, sendo assim um bom estudo de caso para se refletir sobre o impacto de uma meta do PNE.

Independente das críticas aos sistemas de avaliação, vários estudos de países desenvolvidos têm demonstrado que a avaliação de metas educacionais acoplada a bons indicadores leva a uma melhoria da qualidade de ensino

(Fernandes, Gremaud, 2009).

Nessa linha de avaliação, a eficácia da educação especial no mundo tem sido avaliada desde 1960, assim levando a vários questionamentos sobre seu real valor nas sociedades democráticas modernas (Florian, 2014). Nesse contexto, a educação inclusiva vem sendo fortalecida em diversos países ao longo da sua jovem história como bem analisada pelo trabalho de Peters (2007) e Jahnu Kainen (2014) que fez um recorte do Canadá e Finlândia.

Nesse cenário, a legislação brasileira para a educação especial e inclusiva sofreu influência externa para que fosse estabelecida (MENEZES,2001), este fato foi o resultado de uma tendência mundial atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70. A Convenção Internacional sobre os direitos da criança, a qual é um tratado que visa à proteção de crianças e adolescentes de todo mundo, aprovada na Resolução 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989; a Declaração sobre Educação para Todos aprovada em abril de 1990 e a Declaração de Salamanca elaborada na Espanha, em 1994, durante a Conferência Mundial sobre Educação Especial são considerados os documentos que marcam historicamente a educação inclusiva.

Na Constituição de 1934, no artigo quinto, inciso XIV, afirma-se que compete privativamente à União traçar as diretrizes da educação nacional. Estas diretrizes foram melhor especificadas através das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A primeira LDB foi a de 1961, a segunda de 1971 e a última de 1996.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 define

e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios da Constituição. Em seu escopo, determina que a educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e a vincula ao mundo do trabalho e à prática.

O capítulo V da LDB abriga as determinações concernentes à educação especial, no artigo 58, afirma-se que se trata de um dever constitucional do Estado, iniciando-se na faixa etária de 0 a 6 anos, durante a educação infantil, que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, devendo haver, em caso de necessidade, serviços de apoio especializado na escola regular para atender às peculiaridades da clientela da educação especial. Além disto, determina que o atendimento educacional deve ser feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

O artigo 59 do capítulo V, versa sobre as condições do sistema de ensino para assegurar o acesso à educação dos educandos com necessidades especiais. Destarte, estabelece que são necessários currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas. Determina que deve existir uma terminalidade específica para àqueles impossibilitados, em virtude de deficiência, de atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental; e

aceleração para conclusão em menor tempo para àqueles com superdotação.

Neste ponto, também é ressaltada a necessidade de se haver professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como a necessidade de capacitação de professores do ensino regular para a integração desses educandos nas classes comuns.

O texto afirma que a educação especial destina-se ao trabalho, visando à integração efetiva na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para àqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

Resumo dos Dados Sociodemográficos do Município de Nilópolis

Nilópolis faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. É um dos treze municípios da Baixada Fluminense e um dos menores do Brasil, cuja emancipação ocorreu em 1947, sendo um antigo distrito iguaçuano (WIKIPÉDIA, n.d.).

Segundo informações obtidas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Nilópolis é registrado com o código 3303203, o cidadão nascido nesta cidade tem o gentílico de nilopolitano. A população estimada em 2020 é de 162.693 habitantes, segundo o censo de 2010 o total de habitantes era de

157425 habitantes e a densidade demográfica de 8.117,62 hab/km² . A área de unidade territorial é de 19393 km² . Apresenta 98.7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 70.4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 91.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada , ou seja, presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio.

Em 2018, o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 12.8%. Na comparação com os outros municípios do estado, cujo o total é de noventa e dois, ocupava as posições 67 de 92, em relação ao salário médio mensal, e 73 de 92, considerando-se a proporção de pessoas ocupadas. Já na comparação com cidades do país todo, cujo total é de 5570, ficava na posição 3263 de 5570 e 2674 de 5570, respectivamente. Levando em consideração o número de domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o município tinha 33.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 58 de 92 dentre as cidades do estado e na posição 3821 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

A taxa de escolarização em 2010 era de 96,7% no intervalo entre 6 a 14 anos de idade. O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) em 2017 para os anos iniciais do ensino fundamental foi 4.8 e para os anos finais foi 3.9, observa-se que estes índices estão abaixo do nacional e estadual. O número de matrículas em 2018 para o ensino fundamental foi 19230 e para o ensino médio 8994. O IBGE informa que em 2018, no município de Nilópolis, o número de docentes no ensino fundamental era de 1141 e no ensino médio era de 908 (IBGE, 2020). A tabela abaixo resume as

informações extraídas do site do IBGE.

Tabela 1: Comparação dos Indicadores de Educação de Nilópolis.

	Nilópolis	Estado do Rio de Janeiro	Brasil
Taxa de escolarização de 6-14 anos (2010)	96,7 %	Indisponível	99,7 %
IDEB anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública 2017)	4,8	5,3	5,5
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública 2017]	3,9	4,2	4,4
Matrículas no ensino fundamental (2018)	19.230 matrículas	2.003.315	27.183.970
Matrículas no ensino médio (2018)	8.994 matrículas	572.899	7.709.929
Docentes no ensino fundamental (2018)	1.141 docentes	102.737	1.400.716
Docentes no ensino médio (2018)	908 docentes	45.388	513.403
Número de estabelecimentos de ensino fundamental (2018)	71 escolas	7.677	128.371
Número de estabelecimentos de ensino médio (2018)	27 escolas	2.286	28.673

Fonte primária: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Plano Nacional de Educação foi aprovado pela Lei de número 13.005/2014, tem uma vigência de dez anos a partir da data de sua publicação e a cada dois anos deverá ter estudos publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio teixeira (INEP) para aferir a evolução do cumprimentos das metas estabelecidas. No escopo do texto, precisamente no artigo 5, em seu terceiro parágrafo, afirma-se que a meta progressiva do investimento público será avaliada no quarto ano de vigência do PNE e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras das demais metas (BRASIL, 2014). Suas diretrizes estão no quadro 1, abaixo.

Quadro 1: Diretrizes do Plano Nacional de Educação.

I - erradicação do analfabetismo
II - universalização do atendimento escolar
III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
IV - melhoria da qualidade da educação
V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública
VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país
VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade
IX - valorização dos (as) profissionais da educação
X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socio ambiental

Fonte primária: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio teixeira (INEP).

A meta 4 do PNE resguarda os preceitos da inclusão, o que significa universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

O Plano Municipal de Educação Nilópolis teve sua publicação marcada através da Lei Ordinária nº 6490 de 03 de setembro de 2015, no seu texto é citada toda a meta 4 do PNE. Entretanto, as estratégias para sua execução são descritas de forma resumida, diferentemente dos 19 itens pontuados no plano nacional.

As estratégias descritas no no PME de Nilópolis são:

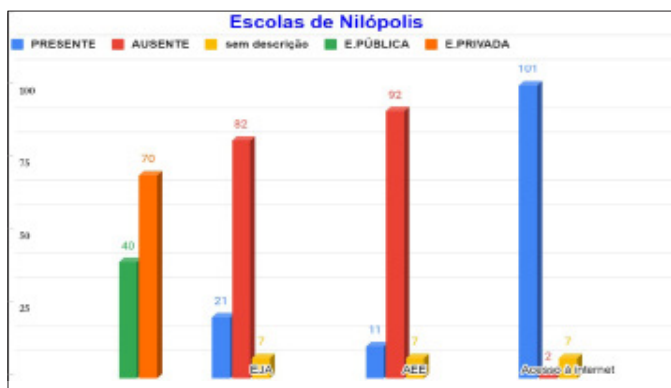
- “Ampliar na vigência deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e de ensino regular para o atendimento educacional especializado nas escolas públicas de Nilópolis.”
- “Ofertar o atendimento especializado criando estratégias pedagógicas na perspectiva da inclusão e respeitando as especificidades de cada pessoa.”

O último documento disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação de Nilópolis é do ano de 2017 o qual faz a avaliação do Plano Municipal de Educação de Nilópolis conclui: “durante o ano de 2017, desenvolvemos um

trabalho de monitoramento e avaliação com a metodologia orientada pelo MEC. A maior dificuldade encontrada foi reestruturar o documento, já que o mesmo encontrava-se com muitas inconsistências. Vale ressaltar, que mesmo em processo de alteração, a equipe técnica, tem desenvolvido ações em consonância com o PNE e PME vigentes”.

Segundo o site <https://www.escolas.inf.br/rj/nilopolis>, o município tem vinte e sete escolas municipais, treze estaduais, sessenta e nove privadas e uma federal, configurando um total de 110, número este que difere do total 98 (71 ensino fundamental e 27 ensino médio) disponibilizado pelo IBGE. Esta fonte de informação registra a estrutura da escola, sua localização, horário de funcionamento, recursos e modalidades de ensino. O acesso à internet é presente em 101 estabelecimentos, ausente em 2 e para 7 dos estabelecimentos não se observa registro. No que se refere à existência de atendimento educacional especializado (AEE), este ocorre em 11 dos estabelecimentos, está ausente em 92 e não há descrição em 7. Há registro de educação para jovens e adultos (EJA) em 21 escolas, está ausente em 82 e não há informação descrita no site para 7 estabelecimentos. As sete escolas descritas no site, para as quais não são registradas informações sobre a existência de acesso à internet, AEE e EJA, são todas privadas.

Figura 1: Presença da educação inclusiva nas escolas de Nilópolis.

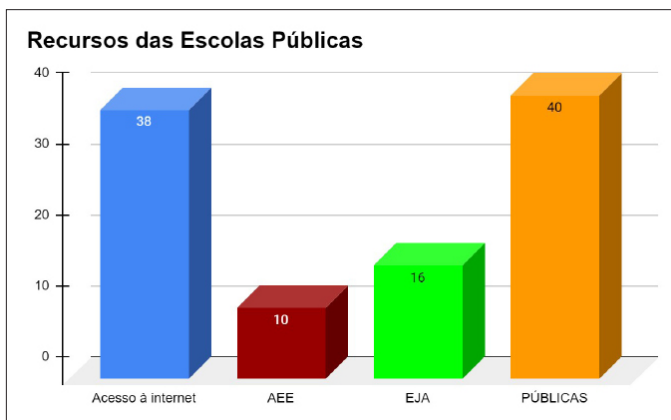


Fonte: Dados coletados a partir de: www.escolas.inf.br.

Audiodescrição: Gráfico dos Recursos em Escolas de Nilópolis com três grupos de cinco barras verticais cada. À direita, a legenda: azul, PRESENTE. Vermelho, AUSENTE. Amarelo, SEM DESCRIÇÃO. Verde, E. PÚBLICA. Laranja, E. PRIVADA. À esquerda, no eixo vertical do gráfico, Número de escolas, de 0 a 125 em escala de múltiplos de 25. No eixo horizontal, o primeiro grupo de barras é o EJA, com 21 recursos disponíveis presentes; 82 ausentes; 7 sem descrição, 16 e. pública, 5 e. privada. O segundo grupo, AEE, tem 11 recursos disponíveis presentes; 92 ausentes; 7 sem descrição, 10 e. pública, 1 e. privada. O terceiro grupo, ACESSO À INTERNET, tem 101 recursos disponíveis presentes; 2 ausentes; 7 sem descrição, 38 e. pública, 63 e. privada. Fim da audiodescrição.

A rede de escolas públicas tem um total de 40 unidades descritas pelo site www.escolas.inf.br. 95%(38) destas instituições têm acesso à internet e banda larga, 25% (10) das escolas têm atendimento educacional especializado e 40% (16) das instituição disponibiliza educação para jovens e adultos (Figura 2).

Figura 2: Recursos das Escolas Públicas.



Fonte primária dos dados: www.escolas.inf.br.

Audiodescrição: Gráfico dos recursos das Escolas Públicas com quatro barras verticais em 3D sobre base cinza. No eixo vertical, em preto, números de 0 a 40 em escala de múltiplos de 10. No eixo horizontal as barras:

Azul - Acesso à internet: 38;

Vermelha - AEE: 10;

Verde - EJA: 16;

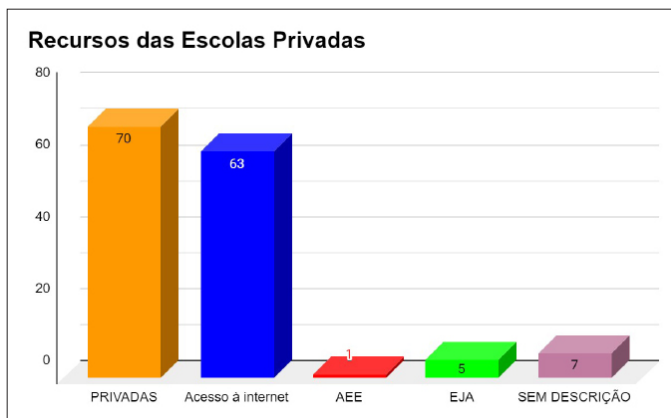
Laranja - Públicas: 40.

O fundo é branco com linhas horizontais cinza claro.

Fim da audiodescrição.

As escolas privadas formam um total de 70 instituições, para 10% (7) delas não existe descrição de recursos no site www.escolas.inf.b. Para 90%(63) das instituições há a descrição de disponibilidade de recursos de internet e banda larga, o atendimento educacional especializado existe em 1.43% das instituições, ou seja em apenas uma escola, e 7,14% (5) das instituições disponibilizam educação para jovens e adultos (figura 3).

Figura 3: Recursos das Escolas Privadas.



Fonte primária dos dados: www.escolas.inf.br.

Audiodescrição: Gráfico dos recursos das Escolas Privadas com cinco barras verticais em 3D sobre base cinza. No eixo vertical, em preto, números de 0 a 80 em escala de múltiplos de 20. No eixo horizontal as barras:

Laranja - PRIVADAS: 70.

Azul - Acesso à internet: 63;

Vermelha - AEE: 1;

Verde - EJA: 5;

Rosa: SEM DESCRIÇÃO: 7.

O fundo é branco com linhas horizontais cinza claro.

Fim da audiodescrição.

CONCLUSÃO

Observando as informações obtidas através dos sites do IBGE e www.escolas.inf.br, percebe-se que o Município de Nilópolis demonstrou o interesse em atender aos objetivos da meta IV do Plano Nacional de Educação. Entretanto, considerando-se a população de 162.693 habitantes, o número de escolas com recursos de AEE e EJA, tal esforço

não tem sido suficiente para o atendimento adequado aos alunos . Este fato é reconhecido pelo próprio município no relatório de monitoramento realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Nilópolis em 2017, no qual diz que necessita de planejamento para que as metas do Plano Nacional de Educação sejam atingidas.

Segundo Boroson (2017), para que aconteça um planejamento adequado e o sucesso de uma política de educação inclusiva, é preciso a conscientização de que o desenvolvimento de uma cultura escolar de inclusão depende da existência de recursos humanos e materiais adequados. Desta forma, para que ocorra uma análise completa da adequação do plano municipal é necessária a avaliação da disponibilidade não apenas do número de salas de aula e recursos destinados aos alunos com necessidades especiais, como também do desenho arquitetônico das salas de aula e de toda a edificação das escolas, do número de profissionais especializados, de programas de capacitação de todos os profissionais da comunidade escolar, do número de veículos adaptados e do projeto pelo qual se planeja orientar à comunidade escolar para a convivência harmônica entre alunos, professores, trabalhadores envolvidos com o processo educacional, responsáveis e a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

BOROSON, Barbara. **Inclusive Education: lessons from history.** Disponível em: <http://www.ascd.org/publications/educational-leadership/apr17/vol74/num07/Inclusive-Education@-Lessons-From-History.aspx>. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. **Constituição de 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. LDB - **Lei de Diretrizes e Bases da Educacional**. Lei 9394/96. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 23 out. 2020.

ESCOLAS.INF.BR. (n.d.). **Escolas públicas e particulares de Nilópolis/RJ**. Disponível em: <http://www.escolas.inf.br/#>. Acesso em: 26 nov. 2020.

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury. **Qualidade da educação básica: avaliação, indicadores e metas**. In: VELOSO, Fernando et al. (Orgs.). Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FLORIAN, Lani. **Education for all?: What counts as evidence of inclusive education**. European Journal of Special Needs Education, vol. 29, no. 3, 2014, pp. 284-294. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08856257.2014.933551>. Acesso em: 14 fev. 2021

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nilopolis/panorama>. Acesso em: 23 nov. 2020.

JAHNUKAINEN, Markku. **Different Strategies, Different Outcomes?** The History and Trends of the Inclusive and Special Education in Alberta (Canada) and in Finland. Scandinavian Journal of Educational Research, vol. 55, no. 5, 2011, pp. 489-502, <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00313831.2010.537689>. Acesso em: 14 fev. 2021

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbete necessidades educacionais especiais**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/necessidades-educacionais-especiais/>. Acesso em: 04 mar 2021.

NILÓPOLIS. In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Nil%C3%B3polis > oldid=59903818](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Nil%C3%B3polis%20>oldid=59903818). Acesso em: 29 nov. 2020.

PETERS, Susan. **“Education for All?”: A Historical Analysis of International Inclusive Education Policy and Individuals with Disabilities**. Journal of Disability Policy Studies, vol. 18, no. 2, 2007, pp. 98-108.